Reorientação dos estudos literários para a aplicabilidade e a transferência: da feitiçaria para a medicina e os capitais em jogo

Elias J. Torres Feijó

Grupo Galabra Universidade de Santiago de
Compostela

Os estudos literários estão perdendo e, podemos calcular, vão perder progressivamente importância. Além de problemas intrínsecos, internos, que se prendem com o método e a definição do objecto, factores externos estão sendo decisivos para a sua perda de interesse: agora há novas produções artísticas e culturais tão legítimas e legitimadas como a literatura; novos conhecimentos de toda a classe reclamam espaço no ensino primário e secundário (o porto refúgio destes estudos) que, como num princípio de Arquímedes académico, deslocam saberes menos úteis, caso dos estudos literários. Menos úteis também porque a Antiga Aliança entre o Estado e os estudos da literatura (nacional) através da escola quebrou: na actualidade, aquela principal missão que eles tinham, a de existirem com independência do que neles se dissesse, porque eram uma fórmula bem sucedida de fomentar elementos identitários e de coesão nacionais, e a secundária de formarem em determinados valores projectados em autores e textos, foi substituída¹. A selecção nacional de futebol ou a tv são veículos mais importantes para essa coesão e identidade, para renová-la ou activá-la se falta fizer.

Que se falasse de Alencar ou Machado, e que eles fossem ecos comuns a toda a comunidade era o objectivo; não a análise concreta de Alencar ou de Machado; ou de Shakespeare, ou de Cervantes, ou de Goethe: o importante é a existência das bandeiras, não, como muitas pessoas julgam, a cor das bandeiras; e, quando há crise de panos, as pessoas ficam improdutivamente a discutir das cores.

¹Dediquei a estes assuntos 2004 e 2011, por exemplo. De alguma maneira este texto prolonga aqueles.

E estas novas circunstâncias deixam os estudos literários, e, sobretudo, as pessoas a eles dedicadas, nuas, como o rei do conto: ainda protestando a sua importância; talvez sentindo-se enganadas por pensarem² que eram de uma utilidade incontornável, tentando reagir proclamando o fundamental que eles são para pensar, conhecer a cultura ou aprender a língua, quando, se isso for realmente importante, poderá ser feito com outros textos; e sem demonstrar a real importância que se invoca, ainda que textos literários ajudem ao desenvolvimento de úteis destrezas cognitivas e interpretativas e, também, ao conhecimento de aspectos da cultura que são importantes para determinadas comunidades e que podem gerar formações úteis pessoal e socialmente; ou, pior, querendo mostrar bondades éticas essenciais da leitura: ler permite conhecer cousas e desenvolvimentos cognitivos; mas não nos faz melhores pessoas. Docentes que perdem o tempo reivindicando-se como guardiãs de um fogo eterno, sublime, que as leva a confundir os efeitos dos textos com o seu ofício; pessoas que ainda não repararam em que o tal fogo existia, mas não era eterno, e que o fogo não o alimentava o combustível das suas ideias e opiniões, dos seus textos sobre outros textos, mas outras necessidades bem mais materiais e corriqueiras.

Recomendo não perder muito tempo com a melancolia, com a lembrança dos bons tempos em que saber literatura, socialmente, ou ser professor de literatura, ainda tinha um arquimédico *peso social*. O olhar melancólico não deixa pensar, paralisa, faz-nos pensar que temos razão e o problema é que ninguém nos compreende, ninguém entende a nossa alta missão sem repararmos que, talvez, nem era tão alta, ou ao menos, ficou baixinha, e que não estava claro no manual de instruções que nos deram os objectivos e a própria definição da missão; porque, lembremos: não fomos nós, por mais que acreditemos nisso, quem elaborou o material: pensar isso faz parte das crenças com que fomos desenvolvendo o nosso *métier*... por isso é tão forte o desengano.

²Este texto poderia estar escrito em primeira pessoa de plural. O facto de assim não ser não obedece a sentir-me desvinculado do âmbito tratado, pelo contrário, mas a alguma distância despersonalizadora necessária.

Mas, se bem se pensar, esta ‘descoberta’ é uma boa notícia emancipatória para os estudos literários e, em geral, dedicados ao estudo das produções culturais.

A mudança social e esta etapa transitiva em relação aos estudos literários

Certamente, boa parte do mundo tem consciência de estar, na actualidade de inícios de milénio, numa transição (mais do que num mundo novo): a perspectiva de mudança social e cultural, política e económica está interiorizada por muitas pessoas; as intensas e inovações tecnológicas, a crise política evidenciada pelo crescente descrédito de estruturas, organizações e instituições nacionais, estatais e supra-estatais aos olhos das suas cidadanias, a crise económica em boa parte da esfera capitalista e as novas discussões sobre institucionalismo ou governança são coordenadas fortes dessa mudança, de cujo futuro a médio e longo prazo pouco se sabe (cfr., por exemplo, http://en.wikipedia.org/wiki/Financial_crisis; http://en.wikipedia.org/wiki/Late-2000s_recession; <http://en.wikipedia.org/wiki/Governance>). Baste colocar algumas expressões ou palavras como estas em buscadores na internet para verificá-lo (maio 2012): sobretudo nos idiomas ocidentais dominantes. Esse carácter transitivo mais do que definitivo, é dado sobretudo pela percepção de uma cadeia ininterrupta de acontecimentos e fenómenos ou de surgimento de novas cousas, bastantes não previstas por muitas pessoas: os serviços ou produtos que as empresas multinacionais tecnológicas colocam sucesivamente no mercado e a promoção deles por parte dos meios de comunicação com consequentes imagens de avalanches de pessoas o primeiro dia da sua comercialização são espelho epitelial dessa sensação de mudança, e mesmo a rapidez com que se sucedem dúvidas ou alterações em verbetes massivos como os da wikipédia mostram isto (http://en.wikipedia.org/wiki/Apple_Inc.; <http://en.wikipedia.org/wiki/Microsoft>; <http://en.wikipedia.org/wiki/Facebook>)

Essa transição incerta, abre um consequente espaço de incerteza para profissões como a de docente e pesquisador em literatura. Tenho a impressão de que o número de textos interrogando-se sobre o sentido dos estudos

literários tem crescido progressivamente nos últimos tempos; é verdade que eles remetem, em geral, para a “defesa das Humanidades”, uma defesa que costuma ter como protagonistas as próprias pessoas interessadas e envolvidas profissionalmente nessas tais “Humanidades”. E que tem igualmente por hábito utilizar argumentos morais, em que esses estudos são invocados como necessidades universais ocultando o seu carácter puramente opinativo e subjectivo. A poderosíssima identificação, em algumas comunidades, entre capital cultural e capital simbólico e social, de uma parte, e, de outra, a de capital cultural e dedicação profissional ao estudo dos elementos canonizados da literatura, universal ou nacional, fruto da Antiga Aliança, ainda persiste, legítima e protege, cada vez menos, esta classe de estudos. Mas é sintomático o facto de que (se a minha impressão for correcta), frente a décadas anteriores de discussões sobre a abrangência ou focagem dos Estudos Literários, que raramente se questionavam sobre a sua utilidade e sim sobre usos e entendimentos de conceitos e a sua classificação (como que fosse “Teoria Literária” versus “Crítica Literária”), o debate sobre a crise metodológica tenha aumentado. E, também, a vinculação entre o corpus de textos literários e outro tipo de actividades (geografia, cinema, história/memória, política, banda desenhada, jogos, etc.) em que estas últimas (ainda que assim quase nunca seja expressado) são as que realmente estariam sustentando a utilidade e viabilidade dos estudos literários; e significando a sua progressiva inutilidade como singularidade. Em minha opinião, a actual crise metodológica é sintoma da crise dos próprios estudos literários que ainda beneficiavam de uma funcionalidade em claro retrocesso.

Da feitiçaria para a medicina. O jogo dos capitais nos estudos literários

Talvez um dos primeiros equívocos gerados no campo dos estudos literários seja a tendência das pessoas dedicadas a eles para envolverem-se com o corpus e/ou com o objecto de estudo. Tratarei isto doutro ponto de vista mais adiante; agora, interessa-me sublinhar essa tendência para gostar do texto entender que uma das missões deve ser transmitir o gosto por esse objecto; que se trabalha para a sua promoção. Mas nós não somos os amadores, os amadores são os poetas quando querem manifestar-se como

tais nos seus produtos; nós analisamos os amadores e os efeitos dos amadores e dos seus escritos, e temos que demonstrá-los. Com efeito, aquele verso de Camões “transforma-se o amador na cousa amada”, que reutilizo com outro sentido aqui, para os estudos literários, é a grande tentação histórica das pessoas dedicadas aos estudos literários (histórica como efeito da natureza constitutiva do campo): muitas pessoas docentes substituem a procura doutros capitais pelo que podemos denominar capital afectivo: por serem queridas, apreciadas como exegetas ou portadores desses textos; e utilizam o fascínio que procuram nos textos para impingi-lo aos seus estudantes.

Mas a nossa missão deve ser produzir conhecimento, e conhecimento rigoroso, não emoções: esse é um âmbito privado, como o gosto ou a qualidade são produções de valor, normalmente dependentes de quem tem mais poder para impor os seus gostos ou os seus particulares critérios de qualidade. Sou contra o John Keating da Sociedade dos Poetas Mortos³: ele não tem legitimidade para utilizar o serviço público dessa maneira nem para manipular os seus estudantes. A missão dos John Keating do mundo deve ser outra, menos aparentemente fascinante e envolvente, mas muito mais útil, e, no final, mais comovente no que tem de serviço público: dar aos estudantes instrumentos de análise e interpretação, dos fenómenos literários e dos fenómenos mais alargadamente culturais: a verdade, o saber é o que fará pessoas livres; e a liberdade é um bem e uma ferramenta de grande magnitude que merece ser cifrada como objectivo: não a aparente que pensa que é tudo pura escolha e que, na prática, desconhece os mecanismos que condicionam as suas escolhas; a outra, a que conhece os mecanismos e por isso mesmo, permite escolher “com conhecimento de causa”.

Mas a dos “John Keating” não é uma atitude perversa. Utilizo com frequência esta análise de Pierre Bourdieu, 1997: 36) para mostrá-lo:

Ceux qui sont immergés, pour certains dès la naissance, dans des univers scolastiques issus d'un long processus d'autonomisation sont portés à oublier les conditions historiques et sociales d'exception qui rendent possible une vision du monde et des oeuvres culturelles placée sous le signe de l'évidence

³ Realizador: Peter Weir; produzida por Steven Haft, Paul Junger Witt e Tony Thomas. Distribuída por Buena Vista Pictures. USA, 1989.

et du naturel.

Certamente, assim me parece; de todos os modos, talvez a melhor expressão não seja a de *oublier* porque muitos nunca tiveram presente essas condições; quero dizer, não são as pessoas as que esqueceram ; é, podemos dizer, a memória do campo como repositório e os seus actuates como um *continuum* a que esqueceu ; mas, sobretudo, entendo que bastantes pessoas têm presente de alguma maneira essa constituição do campo, quer intelectualmente, quer sensitivamente quando interrogadas sobre o sentido e utilidade do seu *métier*. Também e, conseqüentemente, das hierarquias no campo da literatura e no dos estudos literários, e do dos modos em que elas se constroem, por exemplo. Só que tendem, talvez levadas polo seu habitus e as legitimidades ainda existentes interna e extrenamente nesses campos a pôr literalmente de parte esse conhecimento para continuarem ligadas ao tipo de tarefas que neles se vêm desenvolvendo de maneira dominante. Por dizê-lo de maneira expressiva e sumária : já sabem que é assim e, sabido, já não interessa tê-lo presente porque isso não interfere suficientemente como para causar perturbações no funcionamento do campo ; de alguma maneira e exageradamente, pode formular-se que muitos intervenientes têm dados sobre isto mas isso não oferece correlatos na sua actividade : a consciência do problema não impele à sua correcção ; os mecanismos de resistência e defesa são mais poderosos.

Longe, pois, da perversidade, esta atitude bem pode ser igualmente fruto da crença, que actua, aliás, como um desses mecanismos de protecção, na validade desses estudos e, sobretudo, do sentimento de não ser preciso responder a perguntas sobre utilidades homologáveis a outras disciplinas; ou das práticas, muitas vezes tautológicas e carentes de demonstração, de respostas não adequadas às perguntas formuladas: assim, são dadas razões ‘civilizacionais’, de desenvolvimento cognitivo ou de preservação da (alta) cultura, de ‘cultivo do espírito’; actividades, todas, passíveis de serem realizadas com outros corpus ou doutras perspectivas; dessa mesma ordem costumam ser respostas que assinalam possibilidades profissionais vinculadas ao mundo da produção cultural, à edição, ao jornalismo, à gestão de assuntos que requerem conhecimento de idiomas... mas para as quais não parecem

estar focados nem os planos de estudo nem a maior parte das pesquisas que se realizam no âmbito dos denominados estudos literários, cada vez também mais apertado por outros cursos e planos que reclamam a propriedade da capacitação para essas esferas.

Entre essas práticas defensivas, cabe considerar uma outra, que não tem a ver linearmente com as ideologias ou representações da realidade e que se situa no centro de boa parte delas: a resposta de que a pergunta sobre a utilidade destes estudos provém de subserviência ao Mercado, ou é fruto dum neo-liberalismo feroz. Uma pessoa dedicada aos estudos literários pode auto-definir-se como (neo-) liberal mas essa definição pode não contaminar o seu trabalho que, até, pode julgar estar em consonância com esse neo-liberalismo. Precisamente, as investigações e contributos de Bourdieu ajudam a entender estes processos e a elaborar algumas hipóteses impressivas. Dominantes dos campos culturais tendem a alicerçar essa dominância na instalação de uma série de regras próprias que são assumidas por boa parte ou todos os agentes no campo (cfr., por exemplo, Bourdieu, 1991). O campo dos estudos literários e, em geral, os das produções culturais, costumam ter uma constituição e um funcionamento híbridos: ao serem de estudiosos/as da literatura ou da arte, situam-se nas esferas dos campos escolares ou intelectuais; ao acreditarem num papel de preservação, praticarem-no e trabalharem sobre corpus determinados, que de alguma forma promovem, funcionam também como agentes da instituição literária ou da sua comercialização, vinculando-se directamente à actividade literária nessas dimensões, além da de receptores. Os processos de autonomização e/ou heteronomização dos campos científicos relacionam-se, nestes casos, com os próprios dos campos literários e, mais alargadamente, de produção cultural. São as regras que tendem para a autonomização as que constituem olhares e práticas diversas das praticadas nos campos do poder. E as que tendem também a que esses diversos olhares não se misturem e sejam considerados não apenas compatíveis mas necessariamente diversos. Porque são capitais diferentes os que estão em jogo. Num, o capital cultural, simbólico, em parte social e até científico; noutra o político e o económico. Para muitos *scholars*, aqueles capitais são os homólogos e, em ocasiões e ao mesmo tempo, os antípodas dos capitais

político e, sobretudo, económico; em maior medida para aquelas pessoas que se situam mais distantes dos dominantes do campo do poder, homólogas dos dominados nesses campos e elas mesmas dominadas. A posse de capital cultural, mais ou menos legitimado, é uma fórmula, muitas vezes imaginária mas em ocasiões até privilegiada, de oposição aos outros capitais e dominâncias usada por algumas pessoas; dentro dos campos culturais, e dos estudos literários e de produção cultural, e em relação também aos campos do poder.

A índole ideológica dos produtos seleccionados pelos *scholars* conduz a uma mixtificação entre o texto, o seu produtor e o seu docente ou pesquisador, quer por sim-patia, quer por anti-patia; sobretudo em consonância com as ideias e valores que esses *scholars* defendem e onde encontram a verdadeira utilidade dos textos (portadores desses valores e ideias) e do seu ofício (explicadores, transmissores e impulsores desses valores e ideias). Talvez isto explique o facto de serem pessoas auto-situadas na esquerda política ou que invocam [mas realmente não aplicam] filiações e práticas marxistas ou, ainda, 'anti-sistema' as que com maior intensidade se mostram hostis a determinadas fórmulas de transferência e aplicabilidade: particularmente àquelas que implicam actividade empresarial, pública e, sobretudo, privada, e/ou explicam determinados efeitos ideológicos, estéticos, sentimentais que podem levar a retirar a magia com que se envolvem, produtos, produtores e *scholars*. Porque essas são regras dos campos do poder a cujos dominantes se opõem.

Uns por se situarem numa alegada tradição, outros por se considerarem vanguarda emergente, muitas das pessoas dedicadas aos estudos literários coincidem em opôr-se à pura consideração da utilidade da sua actividade: é, também, um mecanismo de defesa, que aqueles amparam em serem e sentirem-se parte de um *continuum* de centos ou milhares de anos; e estes na funcionalidade da leitura de (determinados) textos e a sua aplicabilidade. Falo, sempre, em termos de tendências, não de pura oposição binária e sumária.

No âmbito dos estudos literários, devemos passar do feitiço para a medicina. Este parece-me o processo chave que poucas pessoas estão dispostas a percorrer, muitas impedidas precisamente pelo habitus gerado no

âmbito dos estudos literários. Não gosto desta imagem de “de feitiço para a medicina”: as pessoas que leem provavelmente já a rejeitem à partida, não tanto pelo desconforto de serem alçadas de feiticeiras (o que, talvez, seja para elas realmente agradável; e ponho de parte a eventual imagem de curadoras de almas para curadoras de corpos) mas por tentar equiparar uma actividade entendida como sublime, inefável e espiritual com materialidade e cientifismo; duas palavras cujo pano de fundo é outra, utilidade, que são, quiçá, das colocadas nos antípodas do que se considera o *métier* da pessoa estudiosa da literatura. Mas formular hipóteses, procurar a demonstração de fenómenos, recorrer ao cálculo de probabilidades e à estatística, buscar relacionamentos, redes, interrelações podem/devem ser guias de trabalho e instrumentos operacionais nessas tarefas dos estudos literários. Em casos, muitos casos, já o são, ainda que não regrados ou puramente inconscientes: na edição de textos ou na recepção dos mesmos, por exemplo.

A pessoa dedicada profissionalmente aos estudos literários é, polo geral, assalariada: recebe no final de mês um dinheiro fixado, com poucas oscilações; recebe-o pelo que se considera a sua dedicação: a docência e a investigação da literatura (e, também, por funções de gestão): ensinar e publicar textos vinculados ao que comumente se entende por estudos literários (falar de autores e/ou textos considerados literários). Excepto por alguns complementos salariais (que poucas vezes significarão distâncias quantitativamente mui superiores) ou o caso de algumas pessoas que recebem dinheiros por outras actividades (livros, conferências, etc.) e que costumam ser uma percentagem mínima, poucas pessoas vão, com este ofício, poder aumentar sensivelmente o seu capital económico além de limites mais ou menos fixados e mais ou menos conhecidos ou conhecíveis na sua potencialidade pela comunidade envolvida. Quer dizer-se, como consequência, que a possibilidade de aumentar sistematicamente o seu capital económico não parece ser a principal motivação da pessoa profissional destas áreas. Que o façam bem (e determinar que é fazê-lo bem) não parece tão-pouco uma preocupação das pessoas dirigentes das organizações em que estas pessoas funcionam; não parece estar aí a base do seu reconhecimento, polo geral, não mui acompanhada e/ou

retribuída pela administração do mesmo, sobretudo no âmbito público; mais: o igualitarismo salarial pelo que se pressupõem similares funções (desconsiderando resultados ou eficácias) é a tendência e, sobretudo, a fórmula dominante, com assentimento ou consentimento/consenso de boa parte das pessoas envolvidas.

São possivelmente, capitais de outra ordem, social, cultural ou simbólico, os que mobilizam estas pessoas, se realmente as mobilizam. Procurar o reconhecimento dos seus e das suas pares e/ou dos seus e das suas discentes parece ser um objectivo mobilizador; aparecer socialmente como pessoa que apresenta conhecimentos culturais importantes também. Naturalmente, pode acontecer a ausência de qualquer destes elementos mobilizadores, mas, a existirem, estes fenómenos e tendências podem ser comuns à imensa maioria de docentes e/ou pesquisadores-as. No caso das pessoas dedicadas aos estudos literários, os próprios materiais com que se trabalha, elaborados primariamente para incidir no ánimo ou perspectiva das pessoas e com uma componente que se entende intrínseca: a geração de prazer estético, contagiam o sentido da eventual pesquisa e/ou do ensino-aprendizagem; isto, unido ao suporte seletivo para que aquela missão de ‘apreender a nação’ e fomentar gostos e valores tivesse sentido e fosse funcional: a seleção de textos por critérios mais ou menos consensuais entre ‘especialistas’ como a ‘qualidade’, ‘beleza’ ou ‘verdade’ (todas elas subjectivas produções de valor), dá como resultado um ensino entendido e virado para produzir prazer e condicionar (há quem ainda diga ‘educar’/‘fomentar’) o gosto e as ideias. O repertório que se coloca em jogo é, pois, alta e quase exclusivamente sentimental (incidindo nos sentimentos) e subjectivo (incidindo nas leituras pessoais; ainda que, na prática, o que costuma acontecer é a imposição de determinadas recepções); e a motivação também. Isto provoca que muitas pessoas deste ofício, movidas pelo habitus do campo, tendam a aparecer literalmente como feiticeiras. Com efeito, a tendência da pessoa docente de literatura é a de praticar actividades que pretendem gerar nas pessoas determinados efeitos, normalmente sentimentais, utilizando como meio objectos, aqui textos. Esses efeitos pretendem alicerçar ou modificar a percepção que outra pessoa tem da realidade; em ocasiões, são explicitamente

mediadoras das autoras daqueles textos; ou dos interesses das pessoas que promoveram ou promovem aqueles textos. Não quero forçar facilmente a imagem, até porque não é o meu interesse ficar com a identificação (interessame mais a lua do que a dedo que a assinala); ora, pode acrescentar-se que estas pessoas gozavam de reconhecimento e liderado sociais, tantos como os provenientes da magia que produziam. Algumas ainda gozam. É capital social e capital simbólico o que está em jogo para elas; sobretudo era (ainda que podem vir novas etapas ou circunstâncias em que recuperem o protagonismo perdido). Substitui-se, ou, simplesmente, reduz-se a intensidade no investimento em capital económico por capital social e/ou simbólico. Certamente, estas tendências estão ao lado de e não excluem actividades como a ecdótica ou a hermenêutica; nem as tentativas de elaborar histórias literárias ou análises de recepção de textos. Mas qualidade, beleza e verdade como procura e/ou partilha parecem ser elementos sustentadores da relação docente – discente de estudos literários (e, sem género muitas vezes de equívoco, simplesmente, de literatura), e da relevância das actividades denominadas comumente estudos literários.

Novas orientações do nosso ofício. Os estudos da cultura. A transferência

Ora, esses elementos pertencem à esfera privada. Podem ser objecto de estudo mas não podem confundir-se com a função docente e/ou investigadora; não se deve confundir o possível fascínio que o texto produza com que seja objectivo do trabalho docente e investigador fascinar estudantes com/através de textos: uma coisa é o gosto e o prazer, privados, e outra fazer disso a função e o serviço públicos no ensino formal regado. Outra coisa, naturalmente, é a alta utilidade que pode ter estudar os gostos (ou desgostos) produzidos pelos textos. Isto último pode ser mui útil para um escritor, uma editora, um plano educativo ou um plano de integração social. E outra coisa é, também, que haja pessoas que se dediquem profissionalmente ao fomento de determinados gostos ou à produção de hábitos consumidores de textos literários. Mas não deve ser essa a dedicação no ensino regado e, menos, no

universitário: neste podem estudar-se técnicas, fórmulas, processos, etc. vinculados com o fomento da leitura, por exemplo; mas a sua missão não é fomentar a leitura literária nem moldar gostos; em todo o caso, deve ser saber analisar como os gostos são moldados. E, para isto, o que se necessitam são quadros metodológicos e ferramentas de análise eficazes.

E começar a pensar em termos mais rigorosos: as análises que sejam feitas sobre literatura devem portar como imprescindível definir bem o objecto de estudo, as hipóteses e as perguntas que querem responder, o corpus os objectivos que perseguem, o método que utilizam, a discussão dos resultados a que chegarem. Temos que esforçar-nos por seleccionar assuntos e perguntas cuja resposta seja relevante; relevante para as pessoas, para as comunidades, para o conhecimento de ideias ou patrimónios, etc. Há assuntos ou perguntas que se tratam nos cafés das faculdades que deveriam passar para as suas salas de aulas; e cousas que se tratam nas salas de aulas que deveriam passar para os cafés. Perguntas sobre o século XIV ou XIX ou XXI, mas com respostas submetidas a rigor e a verificação.

Um dos esquemas de pensamento sobre o funcionamento da literatura rendíveis pode ser o de pensá-lo como parte da cultura. Os resultados podem ser realmente valiosos e fiáveis se considerarmos a cultura num sentido alargado: como património, como o conjunto de bens que uma comunidade ou parte dela; e como ferramenta, portanto, como os modos em que as pessoas e as comunidades organizam as suas vidas, considerando a actividade literária como inserida nos mecanismos de ver, classificar, interpretar, intervir no mundo de uma comunidade, de um coletivo das pessoas (são estes os sentidos em que a cultura tem sido abordada por, entre outros, Itamar Even-Zohar -1999- e, antes, por Lotman e Uspenskij -1971:146-147; 1978-; eu tentei uma síntese destas ideias aplicando-as à interpretação do funcionamento de textos de Camilo Castelo Branco Torres, -2012, 170-174-). Os Estudos da cultura (não confundir com os chamados Cultural Studies, pouco a ver) abrem-se igualmente como um interessante campo de transferência. Estudar como as pessoas e as comunidades veem, classificam, interpretam e atuam no mundo;

pesquisar as fórmulas com que funcionam, identidades, coesões... É um campo que pode nutrir-se da antropologia, da sociologia, da geografia, da história, da linguística, da economia, dos estudos da literatura...

Por outro lado, os estudos literários precisam elaborar quadros conceptuais e metodológicos que permitam trabalhar com ferramentas de análise da realidade e componentes planejadores, bósons de Higgs no âmbito da cultura. Há aí um campo realmente fértil de desenvolvimento teórico e de aplicação. Ponho um exemplo, sem medo ao fracasso da plausível imprecisão ou da geração de uma hipótese disparatada: em Galabra (www.grupogalabra.com) trabalhamos, incipientemente, num conceito por agora difuso e pouco preciso, até de nome certamente melhorável: “sustentabilidade comunitária da identidade”. Na realidade, queremos saber se realmente existem limites (e quais, no caso de existirem) ou carências polos quais uma comunidade deixa de reconhecer-se como tal nos termos de identidade e/ou lealdade que a conformavam, transformando-se noutra e substituindo os mecanismos e vínculos colectivos por outros que lhe podem permitir reconhecer a mesma comunidade ou sentir que ela foi modificada: isto pode afectar um clube, uma nação ou um bairro.

Cada vez será mais útil integrar saberes diversos para responder a perguntas sobre cultura. Metodológica e conceptualmente, pode ser realmente eficaz nutrir-se desta perspectiva, tanto em termos de pesquisa fundamental como aplicada e em transferência de resultados. E também no processo de ensino-aprendizagem. Hoje há quadros metodológicos e técnicas bastantes para isto. As achegas dos já aludidos Even-Zohar e Bourdieu entre elas: a denominada teoria dos polissistemas, de Itamar Even-Zohar e a que podemos também chamar, embora redutoramente, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que têm propiciado linhas de investigação particularmente relevantes na esfera das teorias empíricas, as apoiadas em análise de redes, combináveis com métodos qualitativos. Nas teorias empíricas, salienta a linha aberta na Universidade de Tilburg fundamentalmente por Van Rees (com um trabalho pioneiro e quase fundacional, 1981) e Verdaasdonk, com base no quadro metodológico elaborado por Bourdieu e reflexo fundamental na revista baseada nos protocolos científicos de traçabilidade e replicabilidade e que foi também

desenvolvida por autores como Sallaz, J. J. e Zavisca, J., 2007, M. Lamont (e Lareau, A, 1988), P. DiMaggio (e Powell, W. W., 1999), R. Peterson (1978) ou T. Dowd (1992). Traçabilidade (ou rastreabilidade) e replicabilidade são certamente conceitos-chave para a garantia da confiabilidade do processo, dos seus resultados e, sobretudo, da sua avaliação e apreciação: que uma pesquisa determinada possa ser acompanhada desde a sua génese até à discussão de resultados e que ele, o 'experimento' possa ser repetido quantas vezes se desejar.

Metodologias de base relacional, sociológica e empírica, que obrigam à consulta dum grande volume de cópys de diferente natureza necessitam ferramentas relacionais. As equipas (estas tarefas costumam transcender o indivíduo tanto por volume de corpus como pela maior eficácia derivada do colectivo), além de elaboração de bases de dados relacionais, devem recorrer ao método e aos programas informáticos desenvolvidos para a Análise de Redes Sociais [ARS] (Borgatti *et al* 2002, Lemieux e Ouimet 2004, Hanneman e Riddle 2005, Rodríguez 2005). A ARS é, então, um instrumento de análise que abre enormes possibilidades para o estudo de sistemas culturais e literários (referi-me um pouquinho mais por extenso a isto em Torres, 2011). Como no caso do recurso a outras disciplinas, técnicas ou saberes, trata-se de procurar e perguntar; e, quando preciso, incorporar. Eu sei mui pouco ou nada de análise de redes; membros da equipa a que pertenço sabem mais; ou de estatística, ou de alguns elementos provenientes da antropologia ou sociologia: o que não se sabe, pergunta-se e, se possível, aprende-se e incorpora-se para não ter que voltar a perguntar o mesmo e poder fazer perguntas mais avançadas; ou se trabalha com especialistas nesses âmbitos: seja, no nosso caso, o da entrevista qualitativa ou o da observação participante: ver, compreender e aplicar. Como também para os processos de ensino-aprendizagem: poder trabalhar por Aprendizagem cooperativa, Aprendizagem-Projecto, Aprendizagem-Serviço, colectivamente, usando port-fólios ou plataformas de auto-aprendizagem, pode multiplicar as nossas possibilidades no trabalho com estudantes e equipas de investigadores/as.

Por duas ocasiões aludi à relevância que os nossos estudos devem ter. Penso que o nosso guia deve ser sistematicamente produzir conhecimento. Saber, sobre um assunto determinado, que se conhece antes da nossa pesquisa e que é o que a nossa pesquisa achegou. Conhecimento rigoroso e demonstrável: porque se demonstra ou porque se configura como hipótese a demonstrar. Porque apenas o demonstrável, neste âmbito, pode ser digno de ser aceite pela comunidade pertencente ao campo e constituir um patamar sobre o qual alicerçar novo conhecimento.

Ora, pode haver conhecimentos mais úteis ou pertinentes, em função das circunstâncias, que outros. Nessas circunstâncias, e dado o carácter de actividade social do que estudamos, são as pessoas ou as comunidades as que podem nortear a relevância: para quem é importante saber alguma coisa; quer seja do passado ou do presente ou, ainda, de hipóteses sobre o futuro. Isto não exclui, claro, produções de conhecimentos menos relevantes desse ponto de vista que eventualmente possam vir a sê-lo.

A relevância dos estudos literários não pode medir-se pelo corpus utilizado. Por exemplo, sabemos que textos literários orientados a crianças e adolescentes (habitualmente denominados literatura infanto-juvenil) podem ser altamente relevantes socialmente e em várias dimensões: porque se vendem muito, porque constituem uma actividade de lazer e/ou obrigada que abrange muitas pessoas; porque incidem nos modos de pensar, ver, atuar das pessoas que os consomem (na sua cultura, portanto); pelo seu valor simbólico patrimonial, etc. Mas se não se estudarem essas dimensões, se os textos elaborados como estudos são parafrásticos, impressivos, opinativos, eles não são relevantes como estudos literários (podem sê-lo doutras maneiras). Trabalhar com textos relevantes não significa produzir resultados relevantes. E pode trabalhar-se com textos não relevantes desse ponto de vista que possam produzir resultados relevantes; porque fornecem conhecimento na resposta a perguntas formuladas de maneira certa (a fase mais difícil de uma investigação é fixar essas perguntas) e/ou, também e por exemplo, porque introduzem procedimentos metodológicos úteis. Ter em conta, por exemplo, a formulação dos macro-factores envolvidos na actividade literária e cultural descritos por Itamar Even-Zohar ou os agentes e os modos de funcionamento

dos campos analisados por Pierre Bourdieu pode ser mui útil para determinar perguntas relevantes.

Essa quebra do que chamo a Antiga Aliança pode ter efeitos benéficos notáveis. Ao detectá-la, @s *scholars* podem analisar todos os elementos e factores de dependência da sua actividade; e produzir um conhecimento emancipado das não desejadas e, eventualmente, emancipatório; mesmo que se queira percorrer algum dos caminhos mais habituais nos estudos literários, fazê-lo com a consciência do rol historicamente por eles desenvolvido pode ser de grande utilidade para a denificação de objectivos e tarefas. E pode contribuir para um alto grau de autonomia nas tomadas de decisões docentes e investigadoras, orientando mais conscientemente estas, tanto na sua dimensão autónoma como na heterónoma; tanto na produção de conhecimento como na sua aplicação e/ou transferência. Aprofundar, pois, nas dependências e interrelações do campo dos estudos literários (em geral, dos estudos regrados) com os campos do poder e outros campos, é um caminho de extrema utilidade para repensar e reorientar a relevância do trabalho por fazer (referi-me a esta questão em relação com o cânone em Torres, 2004b).

Produzir conhecimento, na nossa esfera de atuação, eis o nosso objectivo como pesquisadores/as. A reivindicação da pesquisa fundamental, daquela que procura conhecer o que não conhecíamos, daquela que busca contrastar conhecimentos anteriores, é a forma mais útil de servir a nossa sociedade: dar a garantia de que se sabem cada vez mais cousas, e de que elas são conhecidas rigorosa e isentamente. Ora bem, convém colocar agora um argumento adversativo: é preciso pensar também em termos de aplicabilidade e de transferência esse conhecimento. E pensar também em termos de conhecimento aplicado. Se conseguirmos responder bem perguntas concretas demonstrando os nossos resultados, podemos, neste campo, não apenas conhecer, como planejar e intervir socialmente.

Em minha opinião, um dos factores mais decisivos para medir a viabilidade de um âmbito de estudos é a potencialidade da transferência de alguns dos seus resultados. Que eles possam ser aplicados para melhoras.

Pesquisadoras e pesquisadores devem ter isso presente. Significa que todas estas pessoas devem dedicar-se à aplicabilidade? Não, certamente; mas significa que devem ser abertas essas vias de aplicabilidade. E não apenas no âmbito do ensino não universitário (o qual, se é a via exclusiva ou quase, reforça ainda mais o carácter circular da produção de conhecimento dos estudos literários: formar pessoas nas universidades que ensinam a outras mais novas assuntos que algumas delas vão receber e eventualmente alargar nas universidades que formam pessoas que ensinam a outras mais novas, etc.). Só instituindo uma produção real de conhecimento como base articulatória do campo dos estudos literários e pensando em termos de transferência além do campo pode quebrar-se esse carácter circular. O carácter cíclico e não aplicado a actividades produtivas fora do campo bloqueia possibilidades aos estudos literários. Se à produção de conhecimento, nos termos de investigação fundamental que venho sustentando, somarmos a investigação aplicada (de que, por certo, a didáctica é exemplo paradigmático para o caso do ensino), e o inserimento da literatura, *senso amplo*, aliás, como actividade da cultura, as oportunidades e os avanços (derivados da lógica dialéctica das várias dimensões em jogo), podem aumentar mui gratificadamente.

Devem desaparecer os estudos literários? Os Estudos literários em risco

Não, é, claro, a resposta esperada. Talvez o que é bom é, não os estudos mas as pessoas que os praticam, pensem no seu papel: reflectirem sobre as mudanças sociais; pensem que outros objectos e produtores podem estar hoje funcionando como substitutos mais poderosos das ideias e dos efeitos que antes eram veiculados por textos literários; reflexionarem sobre como hoje se lê, quem lê, que lê, para que lê. Ter uma visão mais alargada dos fenómenos e de todos os factores que interactivam no sistema literário: desde as instituições ao mercado, desde os modos em que os textos são elaborados a como são recebidos, etc. Pensá-los em termos de cultura.

Há inquéritos que mostram que os estudantes das denominadas *Humanidades* (já pode calcular-se que prefiro falar de Ciências Humanas ou Ciências Sociais) são, ao menos em alguns âmbitos, os menos satisfeitos com a sua formação e aqueles que manifestam mais carências para o seu futuro emprego (Torres, 2004a). Nas denominadas faculdades de letras podemos encontrar um maior índice de combatividade e mobilização por razões ideológicas ou políticas extraordinariamente saudáveis; mas é onde encontramos os picos mais elevados de passividade quanto a iniciativas sociais ou económicas se refere: e onde o grau de empreendedorismo é menor.

É natural pelo tipo de ensino que recebem: onde noções como *know how*, inovação, empreendedorismo, confiabilidade nos resultados, pareceriam não só alheias mas até antitéticas com a sua dedicação, como destrutoras de uma crença aurática que é mágica, aliás. Onde as aludidas aprendizagens cooperativas, de serviço, em geral activas, são infrequentes e que, mesmo, conduzem esses futuros docentes a práticas conservadoras julgando serem as mais progressistas: porque confundem o discurso com a acção e a acção com o movimento.

O PIB de assuntos vinculados com o mundo da cultura aumenta em muitos países, em lugares como o Brasil espectacularmente, com empregos bons e rendimento económico relativamente alto; e desce o número de leitoras/es (Porta, 2008). As pessoas vinculadas às *Humanidades* constumam defender a sua actividade indicando que essas são esferas de empregabilidade, quando, na realidade, as pessoas de Humanidades não conseguem muitas vezes esses empregos pela formação recebida e têm que recorrer a formações complementares substantivas fora da faculdade em que estudaram.

No imediato futuro, já no presente, o estudo da cultura vai ser relevante nos meios académicos, crescentemente. Se isto for correcto, começar a considerar a via e sentido que aqui proponho será da maior rendibilidade, sobretudo para as pessoas que estão no início da sua carreira. Estudar as produções culturais e o seu funcionamento; mas também os modos em que

peças e comunidades se desenvolvem, as ferramentas que usam; tudo sem esquecer as componentes de mediação, intervenção e planejamento.

Coda

Há um bom caminho por percorrer. Podem as pessoas percorrê-lo desde os estudos literários de muitas maneiras: uma delas a de estudar como os cânones nacionais e mundiais se foram construindo; por que uma hierarquia e não outra, por que esses nomes e não outros: quais os critérios e os agentes em causa e foco? Isso pode permitir identificar processos e fenômenos úteis para conhecer como as coisas funcionam e ter em mente seguintes passos: quem conhece como funciona um sistema pode já estar em disposição de intervir nele.

As universidades (e as empresas; mas isto merece consideração à parte) devem colocar-se com rigor a questão da aplicabilidade e a transferência de resultados na esfera das ciências humanas e sociais, preocupar-se pela empregabilidade e o futuro profissional das pessoas que formam: as pessoas dedicadas às letras devem luxar as mãos na sociedade impura frente à tendência a não sentirem-se interpeladas por essas necessidades, que, no fundo, iriam contra a excelsa tarefa que julgam estar executando. Defendo isto precisamente para não sermos subservientes ao Mercado; se conseguirmos bons profissionais, dotados de instrumentos de análise e capacidade de desenvolvimento, a universidade pode, nestes âmbitos, recuperar a missão social de contribuir para o progresso e para a qualidade de vida das pessoas: liderar processos mais do que ver-se submetidos por eles; fazê-lo com princípios insubornáveis de serviço público, formando nessa mesma insubornabilidade. A universidade está, muitas vezes e de muitas maneiras, exposta a condicionalismos externos de agentes que pretendem utilizá-la no seu interesse, de forma, frequentemente, pouco ou nada produtiva socialmente. Para ultrapassá-los, além doutras políticas, deve formar pessoas activas e com iniciativa que liderem ou participem de sectores, maiores ou menores, da actividade económica; todo o terreno que deixe nesse aspecto será preenchido por interesses nem sempre compatíveis ou, até, antagónicos,

com a missão da universidade como serviço público. Neste sentido, a atenção à actividade local, às relações sócio-económicas e culturais locais parecem-me de primeira magnitude, sobretudo no actual quadro de crise económica em algumas comunidades e no esgotamento de recursos fósseis ou de mudanças do clima que reclamam a volta às relações locais e a outra classe de economia(s) de forma preferente (cfr. Latouche, 2003a, 2003b e 2004, por exemplo). Introduzo este assunto aqui, que pode parecer distante ou até descabido, não apenas nem realmente por defender uma alegada atitude *humanista* (aqui entendível como derivada das *Humanidades*) mas porque penso que, de uma parte, os estudos básicos ou aplicados da cultura devem ter presente o local (como interpretação e/ou intervenção) como objecto de estudo e planeamento. E que isso é ainda mais urgente nos quadros de crise, esgotamento de recursos e degradação do meio. É oportuno, neste sentido, recuperar o também várias vezes aludido conceito de ‘rigor’: rigor na graduação, rigor na pós-graduação e rigor no âmbito da pesquisa como norte. Não se trata apenas em pensar, facilmente, em “gestão cultural”, o que resultaria num reducionismo e banalização grandes e bastante predadoras da qualidade de vida comunitária (esta é outra derivada a percorrer também...). Não se trata de manejar o já existente e de acompanhar as acções desenhadas por outras pessoas ou polos próprios gestores em função de habituais índices de presumível sucesso (da classe: número de participantes numa actividade). Um bom programa de estudos deve pensar em gestão, sim, e em assessorias e consultorias, mediações, relações, também; e trabalhar com um conceito abrangente e social da cultura, como fica anotado. Para um turismo sustentável, mas igualmente para que um bairro não perda os modos de ser que lhe garantem a qualidade de vida ou para que imigrantes se sintam melhor acolhidos numa determinada sociedade ou vice-versa; e em aprofundar nos conhecimentos das sociedades através dos modos em que elas se desempenham e aprendem e transmitem as suas fórmulas (e onde a literatura joga por vezes um papel fundamental: não é descabido pensar que vários dos modos em que hoje brasileiros olham o seu país como paisagem identitária, como diversidade e mistura ou de determinados modos de ser, ou as suas revisitações têm em *Iracema*, *Macunaíma* ou nas *palmeiras onde canta o sabiá*

raízes profundas e nutricionais; seria uma tarefa apaixonante mostrá-lo; demonstrá-lo e ver como isso funciona na actualidade).

Grupos (os novos desafios, como vimos, reclamam grupos e pluri- e trans-disciplinaridade) de investigação podem dar lugar a interessantes vias de empregabilidade de parte dos seus membros depois da sua aprendizagem investigadora e aplicando resultados de pesquisa, técnicas, métodos, “atmosferas de pensamento e acção” dos seus grupos. Não tenho bem conceptualizada esta ideia da atmosfera mas com ela quero aludir à aprendizagem colaborativa que se gera nas equipas de investigação, que tem mais a ver com o desenvolvimento de modos de pensar e actuar, investigadoramente, do que com o desenvolvimento de técnicas ou produtos concretos, que também nessa atmosfera são produzidos. É possível. Pertença a um grupo, Galabra, na Universidade de Santiago de Compostela, que animou vários processos deste tipo e de onde saiu uma empresa spin-of, nos inícios deste ano, com duas magníficas profissionais à frente: a consultora Faz Cultura e Desenvolvimento (<http://fazconsultora.com/faz/pt>); uma empresa, aliás, de que o Grupo se constitui em departamento de I+D+i e de cuja interacção continuamente aprendemos, melhoramos e descobrimos novas possibilidades.

Há um futuro aberto, luz imensa nos aparentes becos sem saída das tais *Humanidades*. Quem o percorrer, ganhará muitas possibilidades de presente e futuro e poderá cumprir com satisfação a sua missão, com plena consciência de conhecê-la. Não é pouco. Para percorrê-lo talvez não seja o mais adequado pensar em roturas drásticas mas em transições amáveis e resilientes e valorizando e partindo do capital adquirido no âmbito dos estudos literários.

Este âmbito dos estudos da cultura está sendo construído e definindo-se, nutrindo-se de vários contributos e perspectivas. Tem como alicerce o conhecimento do funcionamento dos campos culturais e pode estar na base mais eficaz de políticas públicas do livro e da leitura, de desenvolvimento de estratégias de leitura, por citar esferas próximas e, em geral, das mediações e inter-relações culturais, intra- ou extra-comunitárias e, se se desejar, a melhora da qualidade de vida como princípio irrenunciável. E reclama uma nova cultura da pesquisa nas áreas de ciências humanas, incorporando inovação,

aplicabilidade e empreendedorismo como alimentos básicos. Imagine-se só uma política desenvolvida sobre as imagens e os conhecimentos culturais de comunidades de origem e dos códigos ou produtos culturais do Brasil em geral mas das suas comunidades em particular em relação ao próximo campeonato do mundo a celebrar no Brasil: seria uma magnífica possibilidade para dar a conhecer a realidade plural do país, integrar da melhor maneira, gerar vínculos efectivos, etc. Se desta vez foi tarde, fica para outra...

BIBLIOGRAFIA CITADA

Borgatti, S.; Everett, M. & Freeman, L. (2002), *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*, Harvard, MA, *Analytic Technologies*.

Bourdieu, Pierre (1997): *Méditations pascaliennes*. Paris, Editions du Seuil.

Bourdieu, Pierre (1991): "Le champ littéraire", *Actes de la recherche dans Sciences Sociales*, 89, Setembro, 4-46.

DiMaggio, P. J. & Powell, W. W. (1999), "Introducción", in Walter W. Powell & Paul J. DiMaggio (comps.), *El Nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 33-75.

Dowd, T (1992), "The musical structure and social context of number one songs, 1955 to 1988. An exploratory Analysis", In Wuthnow, R. (Ed.) *Vocabularies of Public Life*, London: Routledge, 130-157.

Even-Zohar, Itamar (1999): "La literatura como bienes y como herramientas". Em: Villanueva, Darío; Monegal, Antonio; Bou, Enric (org.): *Sin fronteras: ensayos de literatura comparada em homenaje a Claudio Guillén*. Madrid, Castalia, 27-36. Even-Zohar, Itamar (2002): "Literatura as Goods, Literature as Tools", in Even-Zohar, Itamar 2005. *Papers in Culture Research*. Recuperado em 20 de Setembro de 2010 de <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/papers/good-tools.pdf>.

Hanneman, R. A. & Riddle, M. (2005): *Introduction to social network methods*, University of California, Riverside.

Lamont, M. & Lareau, A. (1988), "Cultural Capital: Allusions, Gaps and Glissandos in Recent Theoretical Developments", *Sociological Theory* 6(2), 153-168.

Latouche, Serge (2003a): *Justice sans limites. Le défi de l'éthique dans une économie mondialisée*, Paris: Fayard

Latouche, Serge (2003b): *La pensée créative contre l'économie de l'absurde*, Paris: Parangon.

Latouche, Serge (2004): *Survivre au développement: De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative*. Paris, Mille et Une Nuits.

Lotman, Jurij, e Boris Uspenskij (1971): «O semioticheskom mexanizme kul'ru ry», em *Trudy po znakovym sistemam*, VI. Tartu.

Lotman, Jurij, e Boris Uspenskij (1978): «On the Semiotic Mechanism of Culture», *New Literary History*, IX.2, pp. 211 -232.

Peterson, R. (1978): "The production of cultural change". *Social Research*, 45: 292-314

Porta, Paula (2008): "Economia da cultura, um setor estratégico para o país. Recuperado em 20 de Setembro de 2010 de <http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/01/economia-da-cultura-um-setor-estrategico-para-o-pais/>.

Rees, C.J. van (1981): "Some issues in the study of conceptions of literature: a critique of the instrumentalist view of literary theories", *Poetics* 10/1: 41-81.

Rodríguez, J. A. (2005), "Análisis estructural y de Redes", *Cuadernos Metodológicos*, 16.

Sallaz, J. J. e Zavisca, J. (2007): "Bourdieu in American Sociology, 1980–2004", *Annual Review of Sociology*. 33, pp. 21–41.

Torres Feijó, Elias J. (2004a): "*Roma locuta, causa finita?* Sobre docência e crítica da literatura e da cultura". In Aurora Marco, Pilar Couto Cantero, Elva Aradas Carollo, Fernando Vieito Liñares [eds.]: *Actas del VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Didáctica de la Lengua y la Literatura*. A Corunha: Deputación Provincial da Coruña; pp. 527-539.

Torres Feijó, Elias J. (2004b): "Sobre objetivos do ensino e da investigação em literatura", in Mendes de Sousa, C. Patrício, R. (orgs.) *Largo mundo alumniado. Estudos em Homenagem a Vítor Aguiar e Silva*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, v. I, pp. 221-249.

Torres Feijó, Elias J. (2012): "Os derradeiros romances camilianos, A Brasileira de Prazins e Vulcões de Lama, como património e ferramentas culturais, *Santa Barbara Portuguese Studies*, 10, pp. 170-194.